



Preconceito: razão e não-razão

Viviane Sprinz Mondrzak* , Porto Alegre

O presente trabalho nasceu da tentativa de reunir e tentar estabelecer algumas relações entre os vários vértices de abordagem ao tema preconceito, que foram suscitados a partir de discussões do grupo da International Psychoanalytical Association (IPA) de estudos sobre preconceito e em estudos paralelos. Inicia com um levantamento das idéias psicanalíticas mais atuais sobre o tema. Depois, procura destacar a onipresença desse fenômeno na estruturação psíquica e a importância de se diferenciarem formas benignas e malignas de preconceito. Na tentativa de se estabelecer os possíveis fatores que levariam à malignização do preconceito, procura-se levantar questões a respeito da razão e seus usos. Conceitos de Matte-Blanco são utilizados neste estudo, bem como idéias de Henry Atlan. É destacada a importância de uma razão não-onipotente e distinta de racionalizações, que se constrói a partir de uma matriz de emoção e que se nutre permanentemente no contato com os processos simétricos. Termina enfatizando a função da psicanálise na compreensão das lógicas diferentes que regem nosso psiquismo, principalmente a lógica que rege o processo primário. Destaca a importância de um sistema de leis firmes e sensatas, que funcionem como limites para os grupos humanos, assim como precisam ser os limites estabelecidos pelos pais na educação de seus filhos.

Descritores: Preconceito. Razão. Transgeracionalidade. Bilógica.

* Psicanalista Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Introdução

É possível viver sem preconceitos? Como esse conceito deve ser entendido? De que forma a psicanálise pode contribuir para essa discussão que, atualmente, se sabe multidisciplinar? Essas, entre inúmeras outras questões, serviram como ponto de partida para as discussões realizadas por um grupo de psicanalistas designados pela *International Psychoanalytical Association* (IPA) para estudar aspectos ligados ao preconceito, coordenado por Janine Puget. Desde o início, a questão do papel da psicanálise nesse assunto esteve no centro das discussões, com opiniões divergentes sobre seu alcance. De qualquer forma, na atualidade, pensa-se em preconceito como um fenômeno múltiplo e complexo, que requer, para seu entendimento, dados de várias áreas do conhecimento, sendo a psicanálise uma delas. Assim, é imprescindível que a psicanálise (assim como qualquer outra área das ciências) não busque *a* explicação, mas pense a parte do fenômeno para a qual dispõe de instrumentos para observar e compreender, ou seja, os aspectos psicodinâmicos, com seu registro consciente e inconsciente.

O presente trabalho nasceu da procura de reunir e tentar estabelecer algumas relações entre os vários vértices de abordagem ao tema preconceito que foram suscitados nessas discussões e em estudos paralelos. Dessa forma, constitui-se numa espécie de *colagem* reunindo, em linhas gerais, algumas das idéias psicanalíticas mais atuais sobre preconceito e considerações sobre o funcionamento da razão, usando a bilógica de Matte-Blanco como principal referencial.

Breve revisão das idéias atuais sobre preconceito

As contribuições fundamentais de Freud para a compreensão dos mecanismos psíquicos inconscientes permanecem atuais e essenciais para o entendimento do preconceito. Mais diretamente ligado ao tema, se destacam os trabalhos focados no estudo dos fenômenos grupais/sociais (*Psicologia de grupo e análise do ego*, *O mal-estar na civilização*) com ênfase na descrição do narcisismo das pequenas diferenças. Nesses trabalhos, Freud (1921, 1930) já enfocava a estreita relação entre os mecanismos individuais e os grupais, por mais que não possamos pensar numa simples transposição do que se passa com o indivíduo para o grupo.

As contribuições de Melanie Klein levaram a uma melhor compreensão dos mecanismos mais primitivos, principalmente *splitting* e identificação projetiva



e à noção de que, na base do preconceito, encontra-se a necessidade de negar impulsos agressivos e manejar as ansiedades ligadas a eles através de mecanismos de defesa como projeção, deslocamento e identificação projetiva. Essa última cria um sentimento de contaminação e medo persecutório de retaliação, formando um ciclo vicioso que alimenta o raciocínio preconceituoso.

Mas a busca crescente por mais compreensão dos mecanismos intrapsíquicos envolvidos na formação de preconceitos não dá conta da complexidade do fenômeno em estudo. O preconceito nos defronta inevitavelmente com o problema da transmissão transgeracional e o peso do que é herdado, tanto do ponto de vista familiar como cultural (onde a família está imersa), já que, entre outras características, evidencia a dificuldade de se manter uma atitude crítica em relação ao que é adquirido inconscientemente e que possibilita ao indivíduo pertencer a um grupo. Heidegger (2000) é um dos autores que salienta o fato de os humanos serem lançados num mundo com uma rede de significados que os definem desde o começo. Assim, não há conhecimento ou experiência livre de preconceito, de prejulgamento. O preconceito captura a rede de significados e interpretações na qual o indivíduo nasceu, no qual já existe uma semântica, uma organização, uma tradição e cultura na qual está imerso e que o influencia de forma consciente e inconsciente. É como se tivéssemos um imprinting inconsciente de nossa própria cultura. Preconceitos são diretamente relacionados com representações herdadas, sobre as quais o indivíduo é incapaz de exercer sua capacidade crítica. Apesar de serem justificados por uma série de argumentos aparentemente racionais, sua característica é a ausência da possibilidade de questionamento. Assim, também no que diz respeito ao preconceito, a psicanálise tem se voltado cada vez mais para o estudo da transmissão transgeracional, tentando entender melhor o papel da história que nos precede e as várias maneiras de nos relacionarmos com ela. Essa é uma das formas mais importantes de transmissão e perpetuação de preconceitos. Essa linha de discussão levou ao destaque da importância de ações que envolvam relações materno-infantis e de trabalho com grupos de crianças e adolescentes. Além dessas questões, que fazem parte do corpo teórico geral da psicanálise, novas zonas de abordagem ao preconceito têm sido abertas. Lançado em 2007, o livro *The future of prejudice – Psychoanalysis and the prevention of prejudice* (Parens, H. et al., 2007a) reúne as contribuições mais atuais dos autores dedicados ao estudo do tema.

Nesse livro, Young-Bruel (Parens et al., 2007) destaca como historicamente houve uma tendência a uniformizar todos os tipos de preconceito e seus mecanismos de formação dentro de uma compreensão única, sem levar em conta as particularidades de cada situação: o mesmo fenômeno atingiria judeus, negros,

etc. Depois da segunda guerra, sob o impacto do Holocausto, houve uma urgência em estudar o tema preconceito, focado no anti-semitismo. A partir daí, o século XX partiu para estudos mais específicos, seguindo áreas que foram se mostrando socialmente conflituosas: racismo, sexismo, homofobia e, mais recentemente, o terrorismo. A idéia é que mecanismos diferentes estejam envolvidos em cada caso. Essa autora considera que o preconceito é um mecanismo de defesa social, com três grandes tipos de estruturas subjacentes: obsessiva, histérica e narcisista.

Akhtar (Parens et al., 2007) propõe uma definição mais ampla de preconceito, além da habitual que considerava ser baseado geralmente em ignorância, ter conteúdo hostil ou depreciativo e ser dirigido a outros. A partir da observação mais acurada, considera preconceito como uma concepção negativa ou falso-positiva em relação a si mesmo ou a outros que é baseada tanto na ignorância como na distorção ou negação de informações externas ou intrapsíquicas acessíveis. Essa definição mais abrangente mostra um cuidado epistemológico mais acurado na caracterização do fenômeno. Em seus trabalhos, destaca o risco de se separarem categorias de indivíduos preconceituosos e outros não. Propõe que se pense em cada indivíduo como tendo uma parte preconceituosa e outra não-preconceituosa da personalidade. A primeira se caracterizaria por onipotência, arrogância, aversão ao conhecimento e intolerância às diferenças; a segunda, por flexibilidade, humildade e curiosidade em relação ao outro. A proporção de cada uma na dinâmica psíquica de cada um (e sua evocação por gatilhos sociais) determinaria a forma do preconceito.

Twenlow e Sacco (Parens et al., 2007) também procuram diferenciar formas benignas e malignas de preconceito, destacando as seguintes características diferenciais: benigno – maligno; flexibilidade – inflexibilidade; mentalização – não-mentalização; ego-adaptativo – ego-destrutivo; agressão – violência.

A ênfase em fatores que promovem processos de não-mentalização abre importantes caminhos de estudo. Comunidades fragmentadas e instáveis pela dinâmica de lutas de poder, opressoras, em que a individualidade é banida em favor de papéis sociais estereotipados se encaixam nessa categoria. Essas estruturas sociais incentivam comportamentos grupais robóticos, que falham em perceber o indivíduo no grupo. A vítima fica despersonalizada, favorecendo a violência.

Papel importante é atribuído ao observador passivo que, envolvido no processo de não-mentalização do processo social, projeta os aspectos agressivos na vítima e no vitimizador, e o sofrimento da vítima e a violência do agressor não precisam ser representados como um estado mental na consciência do observador. Nesse processo, o observador é tão participante quanto vítima e vitimizador,



imersos todos numa rede histórico-cultural de transmissão inconsciente de valores e afetos sem representação simbólica.

Parens (2007), importante pesquisador nessa área e, ele próprio, sobrevivente do Holocausto, é outro autor que se dedica a diferenciar formas benignas e malignas de preconceito. Sugere, a partir de pesquisas envolvendo observação direta de crianças, que fatores que asseguram a ligação à mãe (attachment), como os processos de identificação, nos predisõem a sermos preconceituosos. Esse seria uma forma benigna: preferir o que é seu e conhecido, com nenhuma ou pouca aversão ao outro.

Alguns fatores seriam *malignizantes* em potencial. A infusão de ódio por trauma no lar ou na comunidade funcionaria como um mecanismo de defesa grupal para lidar com conflitos internos do grupo através de deslocamentos, projeções, distorções da realidade e outros mecanismos que levam a preconceitos acompanhados de muita violência. A educação, formal e informal, de conteúdo étnico e religioso com cunho nacionalista incentiva o ódio contra aqueles considerados responsáveis pelas dificuldades do grupo. O que começa com algum trauma histórico é utilizado para explicar todos os problemas do dia-a-dia (por exemplo: conflito no Oriente Médio).

A posição do anti-semitismo também é discutida em vários aspectos (Parens et al., 2007). Um dos pontos levantados é que o conceito de raça, que é um conceito mais recente, trouxe uma característica trágica ao anti-semitismo, diferente de quando ele era ligado à religião, pois se o critério é racial, não há possibilidade de escapar como antes havia através da conversão. De qualquer forma, é sempre destacado que o anti-semitismo precisa ser estudado em suas particularidades.

O que se pode perceber nessa pequena amostragem é uma preocupação de um grupo de psicanalistas em procurar contribuições que a psicanálise possa trazer ao tema. Não se trata de psicanálise aplicada, mas de um trabalho solidário com outras disciplinas, utilizando os conhecimentos psicanalíticos e seus recursos de investigação como componentes de um mapa maior para a compreensão do fenômeno preconceito.

Preconceito no trabalho psicanalítico

É importante, neste apanhado que está sendo feito, nos incluirmos como indivíduos e como psicanalistas. Não somos meros observadores do mundo à nossa volta e estamos sujeitos às mesmas influências do espaço trans subjetivo, cultural, familiar. Podemos nos dar conta por alguns momentos desse contexto

compartilhado, mas não podemos ter a clara noção de como isso nos afeta para além do consciente. Assim, tanto em nosso trabalho com pacientes, como no contato com colegas e em nossas instituições, estamos constantemente pautados por nossos preconceitos. A necessidade de nos sentirmos pertencentes a algum contexto nos leva a divisões como lacanianos, kleinianos, etc. Dessa forma, parece que estamos mais seguros e protegidos. O medo do novo faz com que nos apeguemos a conceitos conhecidos, evitando, com certo desprezo, o que não dominamos. No entanto, conceitos são necessários para dar suporte a todo trabalho científico, e é apenas sua rigidez que impede o desenvolvimento (Puget, 2007). Assim, temos que lidar permanentemente (e no nosso trabalho com os pacientes principalmente) com essa realidade: precisamos de conceitos que nos organizem e precisamos tentar bloquear o processo de transformar nossos pré-conceitos em *preconceitos*.

Nossas instituições são afetadas da mesma forma. Necessitamos delas para, novamente, pertencermos a um grupo de iguais e, para isso, exageramos as semelhanças entre os membros. Dentro das instituições, repete-se o mesmo processo: subgrupos que olham preconceituosamente para outro subgrupo, grupos que se sentem discriminados, etc. Se seguimos a linha de pensamento feita até agora, que destaca a onipresença de preconceitos, veríamos o efeito prejudicial quando se formam estruturas ossificadas, fechadas ao debate, com estagnação científica. Além disso, não podemos esquecer que nossas instituições também são afetadas por fatores extra-institucionais como, por exemplo, tensões sócio-econômicas, que contribuem para a fragilização da estrutura grupal, tornando-a mais propensa a abrigar preconceitos com características malignas.

Preconceito: seu lugar na metapsicologia

A palavra *preconceito* é derivada do latim *praejudicium*, que se refere a um julgamento feito antes de qualquer experiência, algo como o conceito kantiano de *a priori*, e diz respeito a valores herdados que organizam categorias necessárias para a constituição de relações. A raiz grega do termo tem a ver com o ato de separar, estabelecer ordem, bem como a alemã que alude ao sentido de uma separação originária, uma discriminação que dá origem a um julgamento da existência. O que se percebe nas fontes etimológicas é a descrição de um primeiro modo de organização do pensamento, que procura separar e discriminar, definindo categorias. Ao estabelecer separações, o preconceito instala diferenças que levam a tensões entre duas ou mais categorias (sentimentos, sensações, pensamentos,



etc.) no desenvolvimento do psiquismo humano e também nos grupos. Ao mesmo tempo, o preconceito coloca atributos positivos e negativos, que representam a conotação moral. Assim, o termo apresenta, no mínimo, dois sentidos: mecanismo herdado, necessário para discriminar fenômenos sem pressupor uma crítica; e um julgamento moral, tendencioso. No entanto, ao verificarmos os dicionários e o uso corrente da palavra, observamos que o primeiro sentido se perdeu, e o conceito de preconceito está firmemente aderido ao sentido negativo, o que faz com que a aproximação a esse fenômeno já seja feita com preconceitos.

Assim, o que precisa ser enfatizado é que não é possível conceber o funcionamento da mente sem pré-conceitos, já que consistem num processo psíquico que classifica estímulos, registra similaridades e diferenças e é, portanto, essencial para o processo de pensamento lógico.

A noção de Freud (1921) do *Narcisismo das pequenas diferenças* está na base dessas discussões. Da perspectiva do desenvolvimento, poderíamos pensar que essas diferenças não seriam pequenas do ponto de vista da criança. Tudo que é classificado como *não-mãe* é totalmente diferente, e a criança começa organizando as experiências em grandes categorias opostas: bom/ruim, conhecido/desconhecido, seguro/perigoso, igualando tudo que está na primeira categoria (conhecido/seguro/bom) e tudo que está no segundo pólo (desconhecido/perigoso/mau). A ansiedade frente a estranhos serve como modelo de uma das primeiras manifestações preconceituosas, deixando clara uma de suas principais funções ao longo de toda vida: autoproteção, segurança, evitar ameaças através da busca do conhecido e da evitação do diferente. Conviver com diferenças e diversidades é um aprendizado.

Dentre os autores psicanalíticos, Matte-Blanco (1975) se destaca no estudo da organização dos processos de pensamento – e esse pode ser um importante campo de aproximação ao preconceito por se apresentar como uma determinada assertiva tomada como verdadeira sem a necessária verificação. É como se a razão funcionasse de uma forma *irracionalmente* racional.

Assim, vamos a algumas das noções de seu pensamento. Matte-Blanco (Ibid.) propõe uma visão da mente como classificadora, permanentemente ordenando dados. Podemos imaginar nossas mentes sendo confrontadas com uma diversidade de estímulos, internos e externos, que precisam ser organizados para que possamos ter conhecimento deles, já que não podemos conhecer nada em si mesmo, de forma absoluta. O conhecimento se conseguiria através da possibilidade de discriminar relações entre eventos, verificar semelhanças e contrastes, estabelecendo o que é chamado de função proposicional, que determina a formação de conjuntos. Em outros termos, nossas mentes estariam sempre fazendo

proposições sobre uma coisa, outra coisa e a relação entre elas. Um conjunto potencialmente infinito dessas tríades seria o ponto de partida para a construção de todo pensamento. A partir daí, chegamos a conceitos cruciais nas suas idéias: as características das relações simétricas e assimétricas, as formas de relações que estariam à disposição da mente. Para o autor, há um modo simétrico e um modo assimétrico de organizar dados e conhecer algo (conhecimento é aqui entendido de modo amplo, não apenas conhecimento intelectual, mas a percepção de qualquer fenômeno). O primeiro, regido pelo princípio da simetria, registra a identidade, a homogeneidade, o que há de comum entre os fenômenos; o segundo corresponde à lógica aristotélica, discrimina diferenças. Ambos são essenciais em todas as experiências humanas.

Propõe, assim, para entendermos o funcionamento da mente, o modelo de um sistema lógico duplo – uma bilógica – composto pela interação entre um modo simétrico e um assimétrico de ser, que corresponderiam, em linhas gerais, à distinção entre processo primário e secundário de Freud.

Matte-Blanco (Ibid.) caracteriza nossas mentes como contendo um número infinito de conjuntos infinitos, regidos pelos princípios da generalização e da simetria. Pelo primeiro, os indivíduos (pessoas, objetos, conceitos) são tratados como se fossem elementos de um conjunto; esse conjunto como se fosse subconjunto de outro mais geral e assim por diante, tendendo a uma generalização cada vez maior, mas conservando algum aspecto das características originais do objeto inicial. Assim, o inconsciente só conhece classes, não indivíduos. Sempre que o inconsciente está diante de um objeto, parcial ou total, trata-o não como um indivíduo, mas como toda a classe, porque não lida com objetos, mas com classes proposicionais¹. Esse é um dos pontos fundamentais ao pensarmos no raciocínio preconceituoso já que se abole o indivíduo em nome de uma classe.

Na proposta desse autor, a mente poderia ser vista como uma seqüência de estratos, desde o predomínio de pensamento consciente lógico, até uma camada na qual haveria o predomínio da simetria (teoricamente, poderia se pensar numa camada apenas simétrica, de total homogeneidade e indivisibilidade). Cada estrato conteria uma determinada proporção de modo simétrico e assimétrico e comporia sempre uma estrutura bilógica. Para ele, seria inconcebível, no ser humano, qualquer experiência ou atividade mental que não fosse, ao mesmo tempo, simétrica e assimétrica, variando as proporções de um e de outro. No raciocínio

¹ Proposições são chamadas sentenças abertas, em que uma incógnita deve preencher algum requisito proposto. Por exemplo: *ser amado* é uma proposição, e todos que preencherem esse requisito, que é ser amado, fazem parte da classe determinada por ela. Nesse sentido, ter pensamentos envolve fazer proposições, desde um instantâneo ato de percepção, como nos bebês, até deduções altamente abstratas.



intelectual abstrato, por exemplo, teríamos um predomínio de modo assimétrico, enquanto que, nas experiências de emoções intensas, teríamos um grau maior de simetria.

Além de um corte vertical na mente, que pressupõe a concomitância de todas as camadas na mente adulta, idealmente sob a supremacia do modo assimétrico, mas precisando manter contato com a simetria para se apaixonar, se emocionar, apreciar arte, compreender conceitos mais abstratos, etc., Matte-Blanco (Ibid.) oferece uma visão da evolução dessa mesma mente desde o nascimento. O bebê nasceria com um predomínio de simetria, e sua primeira forma de perceber qualquer estímulo seria simétrica, através de uma emoção. A emoção é sentida como um evento psicofísico, e essa experiência emotiva vai sendo submetida a um processo de atividade proposicional, que vai crescendo em assimetria com o desenvolvimento. É a partir da emoção que a função proposicional desenvolve o pensamento, o estabelecimento de relações. A íntima relação dessas idéias com as de Bion acerca da experiência emocional como matriz de todo pensamento é marcante.

Mas, em relação ao preconceito, como essas idéias se aplicam?

Todos os processos de pensamento têm certa estrutura, determinada pelas relações entre seus componentes. É comum em nosso pensamento diário, que, no curso de um processo de raciocínio, dentro dos princípios da lógica clássica, um link simétrico (representado por uma emoção, a maior parte das vezes, inconsciente) seja introduzido, levando a um processo de simetrização (generalização). Esse processo responde por preconceitos derivados de determinada emoção infiltrada no curso do raciocínio lógico. Se esse link é registrado como verdadeiro, todo raciocínio que se segue a ele passa a ter as características de um pensamento lógico, baseado numa premissa falsa (Matte-Blanco, 1988).

Todos nós fazemos nossas próprias simetrizações. Elas dependem, entre outras coisas, de emoções provocadas por determinadas experiências de vida, que se irradiam (também por simetrização) para outros territórios, terminando por conformar nossa estrutura mental individual. Quanto maior a quantidade de simetria presente no raciocínio lógico, menor a possibilidade de estabelecer diferenças individuais e tolerá-las.

Em todas as formas de preconceito, encontramos essa forma mais primitiva de organizar as experiências *infiltrando* o processo secundário, com a impossibilidade de registrar diferenças entre a parte e o todo, quando há mais do que só uma estreita ligação entre o modo de perceber uma experiência através de um *sentir* e o desenvolvimento do pensamento lógico. Por exemplo, se há alguma

emoção relacionada a judeus, assertivas sobre o caráter dos judeus passam a valer como verdade. Nessas situações, cada indivíduo carrega os atributos da classe a que pertence: um judeu não é um indivíduo diferente de outro judeu, só é considerado em função do atributo da classe, ser judeu, que é tomado como uma verdade a priori, não passível de avaliação nem de alteração mesmo quando diferenças individuais sejam claramente apontadas.

Razão, anti-razão e não-razão

A revolução científica da modernidade acabou com o paradigma religioso, propondo, em seu lugar, a ciência como portadora das respostas e explicações. No entanto, duas grandes e cruéis guerras depois, como fica o projeto iluminista? Para Habermas (Borradori, 2003), o fato dele não ter impedido as guerras e as câmaras de extermínio não significaria o fracasso da aposta na razão, mas sim, apontaria para o fato da razão ter sido idealizada e usada como forma de controle onipotente sobre a natureza e sobre o homem. A razão ainda seria, na sua ótica, a única alternativa capaz de produzir um sistema de leis justo e o abandono da noção de estado-nação (que implica raças, tradições) como o que une os indivíduos, passando para um patriotismo constitucional, em que haja regras universais para a coexistência das diversidades humanas. Nessa perspectiva, o ponto de homogeneização seria a consciência de que todos compartilham a posse da superfície da terra e são membros de uma comunidade universal. Qualquer outra diferença seria circunstancial diante dessa grande semelhança.

Dentre outros autores que têm se dedicado ao tema da razão, trago algumas idéias de Henry Atlan (1994), principalmente por que procuram mostrar a racionalidade atual a partir das mudanças na visão do homem e da natureza trazidas pela complexidade. Atlan (Ibid.) é um importante autor de trabalhos na área da biologia molecular, biofísica e inteligência artificial. Estuda paralelamente os princípios da identidade judaica e é muito chegado aos conhecimentos psicanalíticos. Em seus trabalhos, destaca o papel fundamental de Freud na demonstração da lógica do inconsciente e, principalmente, seu rigor científico e a forma de apresentar seus achados como hipóteses.

Para Atlan (Ibid.), o projeto de substituir o dogma religioso pelo científico de fato falhou. Não há mais espaço para se pensar numa única racionalidade, mas, sim, em várias, e não se acredita mais que possa haver uma ciência capaz de explicar tudo. Atlan (Ibid.) coloca a mesma pergunta de Habermas: ainda se pode confiar na razão? Para tentar responder a essa inquietação, pensa ser essencial



que se busque uma *nova razão*, influenciada pela física quântica, pela biologia molecular e pelas ciências da informação, caracterizada não pelo conteúdo, mas por uma forma de pensar as coisas, de encontrar relações novas entre nossa racionalidade e as coisas. Aqui, permanecem inalteradas as coisas da natureza, e nossa razão continua com seus princípios de identidade e não-contradição, mas muda a forma como usamos a razão para explicar o real.

Seguindo nessa linha, esse autor procura diferenciar anti-razão de ausência de razão: na anti-razão, há uma outra lógica que não a racional (experiências simétricas), e, na ausência de razão, se encontra um ataque à lógica, contra-senso embrutecedor (Ibid., p. 91). A anti-razão, na sociedade ocidental, seria localizada na experiência estética, "...como a de Eros, experiência de fusões-separações às quais a linguagem discursiva não é conveniente" (Ibid., p. 91). Nesse sentido, percebemos a relação com a bilógica de Matte-Blanco: a experiência simétrica, que registra homogeneidade, e a assimétrica, que ordena diferenças de espaço e tempo.

Assim, para Atlan (Ibid.), o avanço da biologia molecular, aliado às ciências da informação e de organizações artificiais, trouxe para a ciência um novo paradigma, diferente da física, tendo como pedra angular do novo saber científico a organização em diferentes níveis de integração, o que muda também a visão do organismo vivo: uma unidade com vários níveis de integração. O conceito de auto-organização é central nessa visão: refere-se à utilização de perturbações aleatórias para criar uma complexidade funcional, a criação de novos significados através da informação transmitida de um nível a outro. O que é ruído (distinção, separação) num determinado nível passa a unificação e reunião num nível mais integrado: propriedades psicológicas novas em relação às propriedades neurofisiológicas do sistema nervoso; propriedades dos grupos humanos, novas em relação às propriedades dos indivíduos. Significa dar ao acaso, ao diferente, a possibilidade de adquirir, a posteriori, num determinado contexto, um significado funcional.

Importa para o tema em estudo, o preconceito, entre outras questões, a ênfase colocada na necessidade de fazer surgir as diferenças, meio de proporcionar outros níveis de auto-organização. Em relação ao preconceito: ao invés de enfatizar o "somos todos iguais", destacar as diferenças e a importância delas. Assim, uma certa universalidade só poderia advir de uma prática construída passo a passo através do diálogo entre as diferenças. A única garantia é a boa vontade sem complacência em relação ao outro, ao estranho, ao estrangeiro.

É clara a preocupação de Atlan (1994) com as tentativas, presentes no pensamento atual, de seguir procurando um conhecimento uno (leia-se onipotente,

uma *não-razão*) já que sabemos que permanece a necessidade humana de encontrar explicações. Se pensarmos em preconceito, sabemos que encontrar culpados permanece o equivalente a uma forma de raciocínio onipotente, que busca relações de causa e efeito lineares. Para Atlan, (Ibid.) nossa razão continua não suportando a ausência de ordem, mas o pensamento simbólico pode transformar ruído em informação e a razão ser utilizada no estabelecimento de novas relações que absorvam o diferente e se enriqueçam com ele.

Algumas considerações finais

A relevância do tema preconceito é inegável, mas nunca é demais propor que a importância de seu estudo seja reforçada. Preconceitos são onipresentes, benignos e malignos, e nem o trauma do Holocausto fez com que desaparecessem ou mesmo diminuíssem. A humanidade não tem se saído bem na tarefa de aprender com a experiência e, como psicanalistas, não podemos nos render a simplificações e dissociações reducionistas entre o bem e o mal.

Existem divergências quanto ao papel da psicanálise no tocante a essa questão. Alguns propõem um engajamento ativo como psicanalistas e instituições psicanalíticas, sugerindo estratégias de ação contra o preconceito. Outros defendem a idéia de que os psicanalistas contribuem com seus estudos, de uma forma indireta, e que poderiam participar como cidadãos de outras ações. Qualquer que seja a posição adotada, o fundamental é que não nos afastemos dessa discussão.

A repetição, em cada indivíduo que nasce, da mesma trajetória que parte da dependência absoluta, da necessidade de se sentir seguro através do estabelecimento de diferenças entre conhecido/desconhecido, dos processos de identificação com aspectos conscientes e inconscientes dos cuidadores, faz com que preconceitos sejam inevitáveis e necessários. Entre outras funções, também participam da formação do sentimento de *pertencer* (Puget, 2007). Hanna Arendt (1963), ao discutir a banalização do mal, mostra como o ser humano é capaz de qualquer coisa para evitar a sensação de exclusão. Na sua observação, Eichmann² não teria nenhuma patologia especial e considerava ser obediente uma virtude que o tornava indiretamente parte do grupo dos poderosos.

A busca do conhecimento dos processos de malignização do preconceito tem sido a tônica dos estudos atuais. No presente trabalho, procurei trazer algumas idéias sobre a forma como elementos inconscientes se infiltram na razão lógica.

² Eichmann foi um oficial nazista cujo julgamento por crimes de guerra foi acompanhado e relatado por Hanna Arendt no livro *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil* (1963).



Pensando em termos de *complexidade*, poderíamos nos aventurar a propor a seguinte formulação acerca de preconceito: na visão da mente como um sistema complexo que se organiza de baixo para cima através de vários níveis de auto-organização e no qual a mente é considerada uma propriedade emergente, diferente da soma das participações de cada elemento isolado, o preconceito poderia ser considerado uma propriedade emergente de um funcionamento psíquico no qual os processos racionais estão infiltrados de processos de não-razão provenientes de experiências em vários níveis de organização: constitucional, familiar, social.

A utilidade ou não de uma formulação como essa teria que ser verificada não na busca de explicações absolutas, mas, como propõe Atlan (Ibid.), como hipótese de trabalho, necessária para a organização do pensamento científico.

Talvez uma linha possível de estudo seja um maior detalhamento das várias formas como essa infiltração se dá, desde aquela que torna possível o raciocínio abstrato e as experiências estéticas até o raciocínio esquizofrênico e o preconceito maligno.

De qualquer forma, o que pretende se destacar neste trabalho é a idéia da importância do estudo da razão. Isso pode soar estranho num trabalho de psicanálise, já que ela sempre foi mais relacionada ao inconsciente. A esse respeito é sempre importante ter presente que, mesmo tendo centrado seus esforços no estudo da lógica inconsciente (até por ser o desconhecido e difícil de ser aceito), Freud nunca relegou o processo secundário a um papel menor, o que ficou ainda mais claro com a segunda tópica. Pelo contrário, como iluminista, sempre confiou na razão como única alternativa.

A visão otimista de Freud, de que a civilização estaria progredindo ao longo dos tempos, não pode ser sustentada nem mesmo por ele nos seus últimos anos (Freud, 1940). Mas, se não quisermos cair apenas no mais absoluto pessimismo acerca da natureza humana, não parece haver alternativa a não ser apostar na razão.

É claro que nos referimos aqui a uma determinada razão, não racionalizações, não uma razão que se crê poderosa e onipotente, mas aquela que se constrói a partir de uma matriz de emoção e que se nutre permanentemente no contato com os processos simétricos.

Green (1972) propõe a idéia de um processo terciário, definido como a possibilidade de estabelecer associações entre processo primário e secundário, e é o resultado desse processo, a razão que emergiria dessas relações que está sendo referida aqui.

A psicanálise continua tendo a função de auxiliar na compreensão dessas lógicas diferentes que regem nosso psiquismo. A lógica que rege o processo

primário precisa ser cada vez retomada e explicitada, não cedendo à visão de que corresponda a forças incontroláveis e desorganizadas da natureza humana. É preciso, ainda, deixar clara a noção de que o processo de civilização se reinicia com cada bebê que nasce e que, assim como a educação procura *civilizar* o pequeno selvagem, o estabelecimento de leis tem a função de *civilizar* os grupos sociais – leis firmes e sensatas, não apenas punitivas, como firmes e sensatos precisam ser os limites estabelecidos e cumpridos pelos pais. Uma nova razão, menos idealizada, precisa ser buscada. Em seu livro *A era dos direitos*, Bobbio (1992, p. 213), importante filósofo e jurista, discute a busca permanente de formas de garantir, proteger e fazer cumprir os direitos humanos que, por serem históricos, nunca serão estáticos. Destaca a importância de se estudar o conceito de *tolerância*, afirmando: “...a tolerância deve ser estendida a todos, salvo aqueles que negam o princípio da tolerância ou, ...todos devem ser tolerados, salvo os intolerantes”.

É provável que estejamos falando de utopias. Utopia tem sua origem no grego *ou-topos*, lugar nenhum, e costuma ser usado para destacar de forma desanimadora o que não pode ser alcançado. Na *Utopia* de More (1972), o lugar nenhum é apresentado mais como um limite (no sentido de uma função matemática) para onde se tende, não como um objeto inalcançável, mas como uma meta da qual devemos nos aproximar o máximo possível.

Portanto, neste trabalho, tratamos de utopias. Mas, sem elas, sem crer em possibilidades que, no extremo, sabemos impossíveis, como sermos psicanalistas? □

Abstract

Prejudice: reason and non-reason

The present work derived from the attempt to gather and try to establish some relations between the various vertexes of the approach to the theme prejudice, which were brought about in the group discussions of the International Psychoanalytical Association (IPA) on studies about prejudice and in parallel studies. It starts by raising the latest psychoanalytical ideas about the theme. Then, it seeks to highlight the omnipresence of this phenomenon in the psychic structuring and the importance of distinguishing benign and malignant forms of prejudice. In the attempt to establish the possible factors that would lead to the malignization of prejudice, matters concerning reason and its uses are brought up. Concepts of Matte-Blanco as well as ideas by Henry Atlan are drawn upon. The importance of a non-omnipotent reason and distinct from rationalizations is stressed, one that is



build from a matrix of emotion and that permanently feeds on the contact with symmetric processes. It ends by pointing out the function of psychoanalysis in the understanding of the different logics that rule over our psychism, especially the logic that governs the primary process. It underlines the importance of a solid and reasonable system of laws, that function as limits for human groups, just as the limits should be established by parents in the education of their children.

Keywords: Prejudice. Reason. Transgenerationality. Biological.

Resumen

Prejuicio: razón y no-razón

El presente trabajo nació del intento de reunir y establecer algunas relaciones entre los varios vértices del acercamiento al tema prejuicio, que fueron suscitados a partir de discusiones del grupo de la *International Psychoanalytical Association* (IPA) de estudios sobre prejuicio y en estudios paralelos. Inicia con un inventario de las ideas psicoanalíticas más actuales sobre el tema. Después, busca destacar la omnipresencia de ese fenómeno en la estructuración psíquica y la importancia de la distinción de formas benignas y malignas de prejuicio. En el intento de establecer los posibles factores que conllevarían a la malignización del prejuicio, se busca inventariar cuestiones respecto a la razón y sus usos. Conceptos de Matte-Blanco son utilizados en este estudio, así como ideas de Henry Atlan. Se destaca la importancia de una razón no-omnipotente y distinta de racionalizaciones, que se construye a partir de una matriz de emoción y que se nutre permanentemente en el contacto con los procesos simétricos. Termina enfatizando la función del psicoanálisis en la comprensión de las lógicas distintas que rigen nuestro psiquismo, principalmente la lógica que rige el proceso primario. Destaca la importancia de un sistema de leyes firmes y sensatas, que funcionen como límites para los grupos humanos, así como los límites deben ser establecidos por los padres en la educación de sus hijos.

Palabras llave: Prejuicio. Razón. Transgeneracionalidad. Bilógica.

Referências

AKHTAR, S. (2007). From unmentalized xenophobia to messianic sadism: some reflections on the phenomenology of prejudice. In: PARENS, H. et al. (Ed.). *The future of prejudice: psychoanalysis and the prevention of prejudice*. Maryland: J. Aronson. p. 7-20.

Viviane Sprinz Mondrzak

- ARENDR, H. (1963). *Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil*. New York: The Viking Press.
- ATLAN, H. (1994). *Com razão ou sem ela: intercrtica da ciência e do mito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BOBBIO, N. (1992). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- BORRADORI, G. (2003). *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FREUD, S. (1921). Psicologia de grupo. In: *E.S.B. das obras psicológicas completas*. v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- _____. (1930). Mal-estar na civilização. In: *E.S.B. das obras psicológicas completas*. v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- _____. (1940). Esboço de psicanálise. In: *E.S.B. das obras psicológicas completas*. v. 23. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- GREEN, A. (1972). *De locuras privadas*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.
- HEIDEGGER, M. (2000). *Ser e tempo*. São Paulo: Vozes.
- MATTE BLANCO, I. (1975). *The unconscious as infinite sets*. Londres: Duckworth.
- _____. (1988). *Thinking, feeling, and being*. Londres: Routledge, 1999.
- MORO, T. (1972). Utopia. In: *Os pensadores*, v. 10. São Paulo: Abril Cultural.
- PARENS, H. (2007). The roots of prejudice: findings from observational research. In: _____. (Ed.) *The future of prejudice: psychoanalysis and the prevention of prejudice*. Maryland: J. Aronson. p. 81-96.
- PARENS, H. et al. (2007) (Ed.). *The future of prejudice: psychoanalysis and the prevention of prejudice*. Maryland: J. Aronson.
- PUGET, J. (2007). In: *CONGRESSO DE BERLIM. Relatório sobre preconceito. Berlim*. Trabalho não-publicado.
- TWEMLOW, S. W.; SACCO, F. (2007). The prejudices of everyday life, with observations from field trials. In: PARENS, H. et al. (Ed.). *The future of prejudice: psychoanalysis and the prevention of prejudice*. Maryland: J. Aronson. p. 237-254.
- YOUNG-BRUEHL, E. (2007). A brief history of prejudice studies. In: PARENS, H. et al. (Ed.). *The future of prejudice: psychoanalysis and the prevention of prejudice*. Maryland: J. Aronson. p. 219-236.

Recebido em 24/06/2008

Aceito em 02/07/2008

Viviane Sprinz Mondrzak

Rua Teixeira Soares, 28/401

90440-140 – Porto Alegre – RS – Brasil

e-mail: mondrazak@terra.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA